

---

## AUTOGESTÃO DA AGRESSIVIDADE: REVISÃO DA LITERATURA E APLICAÇÕES NA PROFISSÃO POLICIAL

Leonardo Borges Ferreira<sup>1</sup>  
Gisleno Gomes de Faria Alves<sup>2</sup>  
Leonardo Siqueira dos Santos<sup>3</sup>  
Renata Braz das Neves Cardoso<sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo buscou identificar e organizar a literatura sobre a autogestão da agressividade para policiais. O estudo partiu do pressuposto teórico de que policiais, por meio de ações institucionais, podem ser dotados de capacidades autorregulatórias que lhes permitam compreender e gerenciar a agressividade, prevenindo comportamentos aversivos. O estudo focou, especificamente, na realidade da Polícia Militar do Distrito Federal. O percurso metodológico envolveu a busca de livros e artigos científicos relacionados à autogestão da agressividade em portais de periódicos e bibliotecas virtuais. O estudo adotou como pressuposto que treinamentos policiais e as situações cotidianas a que estão submetidos devem ser contrabalanceados por iniciativas institucionais que permitam a manutenção das capacidades avaliativas e decisórias em situações adversas, por meio da promoção e desenvolvimento de competências, habilidades e aptidões de autorregulação da agressividade.

**Palavras-chave:** autogestão; agressividade; desvios de conduta; controle emocional.

---

<sup>1</sup> Major QOPM, Doutorando em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (UnB). Mestre em Administração (UnB). Artigo originalmente submetido à Escola de Comando, Gestão e Estratégia (ECGE/APMB). Desenvolve pesquisas sobre agressividade e violência. Atualmente vinculado à International Society for Research On Aggression (ISRA)

<sup>2</sup> Graduação em Psicologia - Universidade Católica de Brasília; Graduação em Teologia - Faculdade Teológica Batista de Brasília; Pós-graduação em Capelania Militar e Policial - UniMauá Brasília.

<sup>3</sup> Bacharel em C. Jurídicas e Sociais pelo Uniceub, Bacharel em Segurança Pública pela APMB/PMDF; Pós-graduação em Gestão de Segurança Pública pela APMB/APMB.

<sup>4</sup> Mestre em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela Universidade de Brasília. Pós-graduação Lato Sensu em Investigação de Femicídio pela Universidade de Brasília, Projetos (MBA) pela Fundação Getúlio Vargas, Gestão Estratégica em Segurança Pública.

---



---

**AGGRESSIVE SELF-MANAGEMENT: LITERATURE REVIEW AND  
APPLICATIONS IN THE POLICE PROFESSION****ABSTRACT**

This study sought to identify and organize the literature on self-management of aggression for police officers. The study started from the theoretical assumption that police officers, through institutional actions, can be endowed with self-regulatory capacities that allow them to understand and manage aggressiveness, preventing aversive behavior. The study focused specifically on the reality of the Military Police of the Federal District. The methodological course involved the search for books and scientific articles related to self-management of aggression in journals and virtual libraries. The study adopted the assumption that police training and the daily situations to which they are subjected must be counterbalanced by institutional initiatives that allow the maintenance of evaluative and decision-making capacities in adverse situations, through the promotion and development of competences, abilities and skills of self-regulation of the aggressiveness.

**Keywords:** self-management; aggressiveness; misconduct; emotional control.

## 1 INTRODUÇÃO

A natureza do trabalho policial acaba por provocar despersonalização, isto é, a assunção de uma identidade funcional que provoca um afastamento progressivo da vida social comum, incluindo amigos (não policiais) e a própria família (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019). A profissão policial militar exige atributos físicos, psicológicos e emocionais que podem acarretar repercussões na saúde física e mental dos indivíduos (FERREIRA, 2016).

Ainda que Miller (2015) defenda que a utilização criteriosa de recursos de seleção, formação profissional, supervisão e treinamentos possam limitar o acesso e eliminar das fileiras indivíduos desprovidos de condições psicológicas e físicas para o exercício da profissão, é comum na literatura encontrar estudos que associam a recorrência de certos adoecimentos em função da atividade policial. Por exemplo, a maior incidência de adoecimentos mentais entre policiais militares, bem como consequências secundárias, não menos relevantes, como instabilidade emocional, incapacidade de gerenciar conflitos interpessoais e cometimento de abusos no exercício profissional, podem ser associados às exigências e à própria organização do trabalho (DIAS, 2020).

Policiais militares são, geralmente, preparados para atuar em situações adversas, muitas vezes, mediando ou se interpondo entre partes conflitantes. Essencialmente, policiais militares são profissionais de ação e, enquanto legítimos representantes do Estado, de forma fundamentada e proporcional, são autorizados a empregar meios disponíveis e necessários para garantir a própria integridade e à de terceiros.

O uso da força física, entretanto, é uma exceção na maioria das interações entre policiais e cidadãos e qualquer meio ou forma que extrapole o necessário para garantir defesa legítima da própria vida ou a de terceiros deve ser considerado força excessiva, segundo Miller (2015). Os policiais participantes do estudo de Miller (2015) alegaram que a força letal somente foi empregada quando avaliaram que não havia mais outras alternativas para protegerem a própria vida ou a de outras pessoas.

Quando esses policiais militares figuram não como mediadores, mas como parte interessada/envolvida em algum atrito ou disputa de interesses, como devem agir? Como policiais, propriamente, seja impondo necessariamente seu ponto de vista, ou usando da violência real ou potencial inerente ao exercício funcional? A resposta, em essência, é uma só: agirão como policiais porque é o que são e é parte do repertório psicológico que possuem. É parte da identidade. No entanto, policiais devem ser dotados de competências, habilidades e aptidões que lhes permitam, nas interações interpessoais, agir com moderação, gerenciando a



própria agressividade. Isto é, que sejam capazes de discernir sobre quando o policial deve ceder ao papel do pai, do marido, do irmão ou de um cidadão comum em ocasiões cotidianas.

O controle da agressividade é essencial para a convivência harmoniosa no âmbito das relações sociais. Policiais militares, ao lidarem cotidianamente com rupturas da normalidade nas relações interpessoais, devem estar preparados para atuar em situações que, não raras vezes, envolve interpor-se diante da agressividade alheia, utilizando-se do uso ou da ameaça do uso de atributos funcionais inerentes à autoridade policial. Entretanto, enquanto indivíduos inseridos no meio social, policiais militares também são suscetíveis a terem que lidar com os próprios conflitos e interesses, devendo gerenciar a própria agressividade. A proposta do presente estudo é apresentar conceitos e estudos que fundamentem e corroborem a implementação de ações institucionais que promovam o desenvolvimento de recursos psicológicos, emocionais e cognitivos capazes de permitir aos policiais o discernimento situacional e a autogestão da agressividade. O estudo adota o pressuposto de que a autovigilância atitudinal, a promoção e o desenvolvimento de habilidades de autocontrole emocional são relevantes para prevenção de comportamentos prejudiciais, para si e para terceiros, tanto durante o desempenho das funções profissionais quanto na esfera privada.

A legislação penal militar, bem como os regulamentos disciplinares possuem dispositivos severos para condutas inadequadas por parte de policiais militares. A mera existência das normas, todavia, não é suficiente para coibir comportamentos agressivos. Em que pese a avaliação psicológica ser uma etapa dos concursos públicos para ingresso nas carreiras da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), a partir da qual se recomenda ou não o candidato, policiais militares devem ser constantemente instruídos a manter padrões de autovigilância e contenção de atitudes e comportamentos agressivos. Mostra-se relevante e adequado que existam programas, ações ou iniciativas psicossociais capazes de dar suporte institucional para o desenvolvimento de estratégias e ferramentas pessoais de contingência baseadas na autogestão da agressividade.

A adoção de ações específicas de treinamentos voltados para a autogestão da agressividade pode reduzir a incidência do uso inapropriado da força na resolução de atritos cotidianos, incluindo força letal, inclusive contra si mesmo. Diante disso, este trabalho tem como **objetivo geral** oferecer um repertório teórico para a elaboração de medida institucional voltada para a conscientização e para o suporte sobre a autogestão da agressividade de policiais militares no desempenho das atividades laborais e nas relações interpessoais. Como **objetivo específico** o estudo se propõe a verificar os principais conceitos na literatura a respeito da relação agressividade e autogestão. Trata-se, portanto, de estudo teórico de caráter exploratório



---

com levantamento de literatura geral e específicas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Profissão policial militar versus saúde: panorama geral

Variados transtornos de saúde relacionados à profissão impactam os policiais militares. Quando comparados à população em geral, a literatura aponta que policiais militares integram a classe profissional mais vulnerável e suscetível ao acometimento de sofrimentos psíquicos, em função de fatores como riscos, pressões, tensões e cobranças institucionais (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019).

Portela e Bughay Filho (2007) relataram que policiais militares sofrem reações psicossomáticas como insônia, dores de cabeça, falência na memória, mau desempenho no trabalho e episódios de apatia, agressividade e mau humor. Entre os principais transtornos relacionados à profissão policial militar estão distúrbios do sono, estresse, depressão, transtornos de ansiedade, transtornos de humor, transtorno de estresse pós-traumático e consumo de drogas lícitas (álcool e medicamentos prescritos) e ilícitas (SANTOS; HAUER; FURTADO, 2019). Dias (2020) alerta que a exposição habitual a situações traumáticas implica na fragilização e no favorecimento de transtornos psíquicos de policiais militares, podendo contribuir para comportamentos violentos e atos atentatórios contra si e contra terceiros.

Há estudos que apontam que policiais militares são acometidos por Disfunção Temporomandibular relacionados ao estresse no trabalho, em função de hábitos parafuncionais como: ranger e apertar dentes, roer unhas, morder objetos e/ou a própria bochecha, mastigar apenas em um dos lados e mascar chicletes (SARRAZINI; MAIA, 2020; CAVALCANTI *et al*, 2011).

Um tema pertinente à saúde de policiais refere-se à autoagressão letal (suicídio). Elementos da cultura organizacional como “a relação hierárquica entre policiais superiores e subordinados, a alta rotatividade policial, políticas e regras ambíguas, o medo de investigações internas, burocracia e pressão dos pares” foram apontados como preditores relevantes do suicídio entre policiais militares (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016, p. 24). No entanto, a literatura aponta controvérsias sobre os motivos e sobre as taxas de suicídios entre policiais, sobretudo, porque os registros, em grande parte das vezes, não são confiáveis (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Na década de 90, em amostra de policiais norte-americanos, Violanti (1995)

---



identificou que suicídios eram mais recorrentes entre indivíduos mais velhos, com morbidades físicas e com aposentadoria iminente, mas que a disponibilidade de armas era uma variável incontestavelmente indispensável para a compreensão do fenômeno. Violante (1995) fez um importante apontamento a respeito da prevenção de suicídio entre policiais e que parece ser extensível a qualquer corporação policial, o autor afirma que é indispensável e necessário que policiais sejam, a todo momento, orientados institucionalmente sobre as melhores formas de lidar com problemas profissionais e pessoais.

O treinamento de supervisores (superiores hierárquicos ou pares) aptos a identificar precocemente alterações psicológicas, emocionais e comportamentais, argumenta Violante (1995), indica ser uma medida imprescindível e eficaz na prevenção do autoextermínio. Esse tema será abordado adiante.

## **2.2 Considerações sobre profissão policial militar e saúde na PMDF**

Na PMDF, há deficiência institucional na atenção preventiva ao adoecimento, bem como na reinserção e acompanhamento de policiais militares que retornam ao trabalho após convalescença psiquiátrica (DIAS, 2020). À época de sua pesquisa, Ferreira (2016) já indicara que o fato de haver nos quadros de saúde da corporação apenas um profissional médico de psiquiatria era, por si só, um indicativo da falência do sistema de atendimento de saúde. Atualmente, nos quadros de saúde da PMDF ainda há apenas um médico psiquiatra, entretanto, a instituição passou a disponibilizar uma ampla rede de clínicas e hospitais conveniados.

No entanto, Dias (2020) apontou que os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira maior causa de incapacidade para o trabalho entre policiais militares do Distrito Federal e que o tipo e a organização e as condições do trabalho influenciam no adoecimento mental e dificultam o retorno depois de um eventual afastamento por transtorno mental.

Apesar de ser a terceira maior incidência, os transtornos mentais e comportamentais representam a principal causa de absenteísmo na PMDF (FERREIRA, 2016). Em pesquisa anterior, Coelho (2014) já havia constatado que integrantes da PMDF se encontravam em uma zona de mal-estar moderado, sob o risco de adoecimento em razão de fatores da profissão como a percepção da falta de reconhecimento ou de ascensão profissional.

Uma das medidas indicadas por Coelho (2014) aponta que iniciativas relacionadas à valorização do profissional, ao melhor tratamento entre superiores hierárquicos/subordinados, à oferta de oportunidades de ascensão profissional, além de um modelo de gestão participativa, podem mitigar o quadro de mal-estar. Um achado relevante apontado por Coelho (2014), aponta





que as relações entre os próprios policiais militares, a natureza das intervenções profissionais diante da comunidade e o sentimento do dever cumprido atuam na produção de bem-estar dos policiais militares. Além das pressões inerentes ao desempenho da profissão, bem como do excesso de jornadas de trabalho, muitas das queixas de policiais militares referem-se à defasagem salarial (PORTELA; BUGHAY FILHO, 2007).

Policiais costumam ser relutantes em admitir que precisam de ajuda e em procurar apoio para lidar com seus problemas emocionais (VIOLANTI, 1995). Iniciativas institucionais precisam contornar fatores culturais próprios de corporações policiais e serem atraentes, confiáveis e, sobretudo, eficazes. Nesse sentido, iniciativas como o Programa de Valorização da Vida (PVV) da PMDF parece ser uma medida efetiva ao estabelecer um modelo de saúde integral participativo, compartilhado entre a instituição (setores específicos de suporte e setores operacionais) e seus integrantes, onde todos se co-responsabilizam na identificação e reporte de fatores de risco (PMDF, 2018a). O art. 10 do PVV estabelece iniciativas como promoção de cursos, palestras de conscientização e capacitações voltadas para a busca precoce por ajuda. O enfoque, todavia, está focado na prevenção ao autoextermínio.

Tema correlato às questões do suicídio e relacionados a comportamentos aversivos contra terceiros, como a autogestão da agressividade, todavia, merece maior ênfase por sua potencial capacidade de prevenir, de certa forma, as consequências maléficas da agressividade, em suas diversas modalidades, em situações corriqueiras da vida pessoal ou no exercício profissional. E assim, destaca-se a importância de oferecer aos policiais militares da PMDF ações institucionais que lhes permitam conhecer e lidar com a própria agressividade

### **2.3 Agressividade: definição e autogestão**

O comportamento agressivo, segundo Huesmann (2018), é influenciado por processamentos cognitivos que variam ao longo da vida. Porém, a agressividade é contagiosa, isto é, contextos sociais violentos impactarão no comportamento de indivíduos ali inseridos, predispondo-os aos comportamentos agressivos (HUESMANN, 2018).

O processamento de informações sociais é fortemente influenciado pelo aprendizado observacional no contexto social, devendo ser este o foco da inoculação preventiva (HUESMAN, 2018). Há evidências que mostram que o baixo autocontrole é preditor da agressividade e que, por exemplo, a raiva não adaptativa reduz o autocontrole e, por sua vez, aumenta a agressividade (DENSON, DEWALL; FINKEL, 2012). Comportamentos impulsivos e agressivos podem ser sintomas ou manifestações observadas em, praticamente, todos os



transtornos psiquiátricos e doenças neurológicas (PRADO-LIMA, 2009).

Na psicologia da agressividade, as perspectivas se alternam em contraposições que incluem determinismo x livre-arbítrio, automatismo x controle, cultura x personalidade, dentre outras. Há uma tradição de estudos correlacionais e experimentais, por exemplo, sobre efeitos de filmes violentos (GOMIDE, 2000; HUESMANN; TAYLOR, 2006). Por outro lado, sabe-se que altas taxas de testosterona são comuns em indivíduos que cometeram crimes violentos, enquanto outros autores conferem primazia a fatores situacionais (MCFARLAND; CARNAHAN, 2009). Mas há também evidências de que a personalidade prevalece nos comportamentos agressivos quando fatores situacionais não são fortes, o que considera que as atitudes (embora não possuam caráter preditivo forte), mostram-se muito relevantes na compreensão geral da agressividade dentro da psicologia social (REBELLON; MANASSE, VAN GUNDY; COHN, 2014; GENDREAU; LITTLE; GOGIN, 1996; SIMOURD; ANDREWS 1994).

Há três teorias clássicas e predominantes sobre agressividade: uma com acepção psicanalítica, a teoria do instinto (FREUD, 1920); a teoria da frustração (DOLLARD *et al.*, 1939), e a teoria da aprendizagem social (BANDURA, 1978). A teoria da frustração, reformulada por Miller (1941), assevera que o comportamento agressivo, por vezes, dirigida contra alvos que podem não ter nenhuma relação com as fontes, decorre de condições de frustrações. A revisão proposta posteriormente por Berkowitz (1989) atribuiu ao afeto negativo (atribuições pessoais) um papel singular na capacidade da frustração acarretar comportamentos agressivos

A proposta de Bandura (1978) defende que a agressão resulta da experiência e da observação do comportamento de outros, em que o indivíduo avalia seu comportamento como compensatório ou não. A influência dos esquemas de reforço externo (crenças, expectativas e instrução) pode impactar no pensamento de um indivíduo e, por conseguinte, no comportamento, mas as respostas comportamentais, todavia, não decorreriam automaticamente de estímulos externos, elas seriam autoativadas (BANDURA, 1978). As pessoas constroem esquemas morais que sustentam seus comportamentos e que podem ser flexibilizados (reinterpretados e até distorcidos), quando conveniente, para justificar transgressões aos padrões estabelecidos.

No contexto do estudo aqui proposto, o *Modelo Geral da Agressão* (MGA), de Bushman (2017) fornece excelente repertório analítico sobre a agressividade por buscar, de certa forma, predizer o comportamento agressivo ao triangular causas, efeitos, variáveis e suas inter-relações. O MGA é uma das teorias mais abrangentes sobre agressividade humana e, de





acordo com a versão aperfeiçoada por Allen, Anderson e Bushman (2018), admite que fatores pessoais individuais e situacionais afetam sentimentos e pensamentos e provocam excitações psicológicas e, em conjunto com fatores biológicos e ambientais, impactam na capacidade deliberativa e de tomada de decisões dos indivíduos, suscetibilizando-os a comportamentos agressivos.

### 2.3.1 A relação entre atitude e comportamento agressivo

A atitude é uma predisposição estável de se comportar de uma determinada maneira em relação a algo (FAZIO; OLSON, 2007; ZANNA; REMPEL, 2008). Na definição seminal de Eagly e Chaiken (1993), a atitude deve ser entendida como uma tendência psicológica para avaliar algo de forma favorável ou não, perdurando com relativa estabilidade. Isto é, os indivíduos tendem a ser predispostos a manifestarem preferências sobre questões cotidianas ou complexas abstratas ou objetivas do meio em que vivem. É um processo de natureza avaliativa, segundo Eagly e Chaiken (1993).

Não há consenso, todavia, sobre se as experiências, interações sociais e estímulos cognitivos são capazes de afetar reforçando ou refutando determinadas atitudes (REBELON et al., 2014). Por exemplo, a teoria da ação racional de Fishbein e Ajzen (1975) adota o pressuposto de que as atitudes predizem comportamentos, mesma visão defendida por Gendreau et al. (1996) e Simourd e Andrews (1994), enquanto Bem (1972), por outro lado, sugere que são os comportamentos que afetam as atitudes na sua teoria da auto percepção.

A capacidade de autocontrole, entendida como aquela em que o indivíduo percebe e gerencia seus impulsos desviantes é um paradigma amplamente aceito em estudos criminológicos (PRATT; CULLEN, 2000). Deficiências no autocontrole são preditores significativos na propensão de policiais ao consumo problemático de álcool, de acordo com Zavala e Kurtz (2017), havendo ainda indícios de que o estresse ocupacional poder estar diretamente associado à incapacidade de autorregulação dos policiais na evitação de outros desvios de conduta. Os desvios de conduta mais comuns entre policiais norte-americanos são as brigas, a embriaguez e a direção sob influência alcoólica (STINSON et al., 2014; STINSON; TODAK; DODGE, 2015). Coincidentemente, muitos também o são entre policiais brasileiros, carecendo, no entanto, de estudos focados no levantamento completo e análises nos órgãos correcionais, a exemplo do realizado por Cardoso (2016) no DF sobre violência contra parceiros íntimos. Aliás, fatores estressores relacionados à profissão policial (mas não unicamente) também foram apontados como desencadeadores da violência doméstica perpetrada por



policiais nos Estados Unidos (ZAVALA; MELANDER; KURTZ, 2015), algo que também pode estar associado aos casos brasileiros.

Williamson (2021) chegou à estimativa de que entre 20 e 40% das famílias de policiais de Baltimore já sofreram algum tipo de violência perpetrada pelo próprio policial, independentemente se homem ou mulher, sendo mais recorrente, todavia, entre policiais do sexo masculino. O autor cita que os treinamentos aos quais são submetidos os policiais tendem a torná-los mais autoritários (SINTSON; LIEDERBACH, 2013) e mais propensos à utilização de comandos verbais acompanhados de atos físicos como forma de controle e busca de complacência, conforme relatado por Bittner (1970) e Skolnic (1994).

### 2.3.2 *Weapons effects*: um importante *priming* para a profissão policial

A capacidade de conectar acontecimentos, emoções e lembranças é, precisamente, o significado de memória (CAMINA; GÜELL, 2017). Existe a memória sensorial, a memória de curto prazo e a memória de longo prazo que armazenam, processam e permitem a recuperação a posteriori de informações conscientemente (memória explícita) ou inconscientemente (memória implícita), segundo Camina e Güell (2017). Na psicologia, *priming* é o efeito resultante da ativação associativa ou representativa na memória de um indivíduo, capaz de afetar a percepção, a avaliação e o comportamento. Abordagens como as de Jo e Berkowitz (1994) advogam que a mídia é capaz de ativar recursos cognitivos e afetivos na memória dos indivíduos e, conseqüentemente, de estimular ou desestimular comportamentos.

O que se espera dos treinamentos policiais em um curso de formação inicial de carreira senão a internalização de crenças e valores institucionais, de atitudes profissionais específicas e a automatização de certos procedimentos? De alguma maneira, tudo isso se refere à incorporação de elementos identitários e de comportamentos que, nem sempre serão deliberados, mas apenas executados de forma automatizada. Como já mencionado, algumas vezes, a capacidade de discernimento e avaliação situacional de policiais, por diversos motivos, dentre eles os decorrentes do estresse ocupacional, pode estar comprometida.

Há evidências empíricas de que a mera presença das armas é capaz de provocar um efeito *priming* conhecido como *Weapons effects* (BUSHMAN, 2013), impactando, de alguma forma, na produção da violência letal. As armas são capazes de influenciar processos de avaliação primária e secundária dos indivíduos, segundo Benjamin Jr e Bushman (2016). Motoristas, por exemplo, tendem a dirigir de maneira mais agressiva apenas com a mera



---

presença de uma arma de fogo no carro (BUSHMAN *et al.*, 2017).

## 2.4 Gestão emocional e autogestão da agressividade

Evidências da neurociência apontam que a regulação da emoção e do controle cognitivo medeia a relação entre o autocontrole deficiente e a agressão (DENSON, DEWALL; FINKEL, 2012). Abordagens da psiquiatria, como a de Prado-Lima (2009), por exemplo, sugerem o uso de fármacos para o controle de humor, antipsicóticos, betabloqueadores etc. No entanto, é plausível pressupor que intervenções psicológicas capazes de agir nessas vertentes sejam capazes de impactar na agressividade. Por exemplo, pensamentos agressivos e sentimentos de raiva tendem a ser minorados quando um indivíduo consegue refletir, de uma perspectiva distanciada, sobre as causas ou provocações, evitando o “calor do momento”, uma medida capaz de regular a agressividade (MISCHKOWSKI; KROSS; BUSHMAN, 2012).

Mischokowski, Kross e Bushman (2012) também apresentaram evidências empíricas de que uma reflexão autodistanciada, isto é, a causa ou situação disruptiva, como um observador (uma terceira pessoa), é capaz de diminuir comportamentos agressivos reais, ou seja, o processo tem efeitos que extrapolam o nível intrapsíquico e impactam diretamente no nível interpessoal-comportamental.

O autocontrole deve ser compreendido como a capacidade de autorregulação psíquica e emocional, e não como mero contendor da impulsividade (ZAVALA; KURTZ, 2017). Indivíduos com maior capacidade de autocontrole têm maior capacidade de resistir aos desejos impulsivos e focar os pensamentos (ou se concentrar) em coisas além da situação potencialmente disruptiva (MAMAYEK; PATERNOSTER; LOUGHRAN, 2016).

## 3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo é teórico e de caráter exploratório. Baseou-se na busca de estudos acadêmico-científicos relacionado à autogestão da agressividade em policiais. Foram realizadas buscas por termos específicos em bases de dados como Scopus, ProQuest, SienceDirect, SciELO, Google Acadêmico e Portal CAPES. Foram utilizados os termos: autocontrole e controle da agressividade, autogestão da agressividade em policiais e seus respectivos correlatos em língua inglesa.

A revisão narrativa da literatura, menos rigorosa quanto à temática das obras selecionadas, buscou concatenar as ideias e achados nelas contidas para formular um corpus

---



capaz de fornecer uma compreensão geral a respeito da possibilidade de se implementar iniciativas institucionais voltadas para a promoção da autogestão da agressividade entre policiais.

#### 4 RESULTADOS

O levantamento da literatura nos portais de busca apontou uma dispersão de estudos e conceitos relacionados à autogestão da agressividade em policiais. Dos livros e artigos acadêmicos analisados, nacionais e estrangeiros, nenhum deles se ocupou especificamente do tema central do presente estudo: autogestão da agressividade para policiais. Verificaram-se assuntos correlatos como os que reconhecem os pesares da profissão policial, suas pressões psicológicas e emocionais, bem como os efeitos que podem acarretar na saúde. Estudos também correlatos indicaram que policiais adotam padrões de alerta que os mantêm em permanente estado de atenção e tensão. Além disso, a disponibilidade de meios letais está associada a uma maior incidência de suicídios e suscetibilidade ao emprego de meios letais em interações sociais fora do serviço.

Padrões alterados de pensamento voltados para o cumprimento do dever funcional, muitas vezes com riscos reais ou potenciais para a própria integridade física acabam por manter policiais em estado de alerta constante. Obviamente, isso cobra um preço. O corpo humano não é capaz de se manter sob pressões constantes, não sem trazer conseqüências negativas fisiológicas e/ou mentais. Obviamente que processos seletivos, assim como cursos de formação/habilitação de agentes das forças de segurança, buscam indivíduos dotados de pré-disposição física, psíquica e emocional que lhes permitam suportar, dentro do possível, as exigências atinentes ao ofício.

Mesmo com os rigores de seleção e formação, certos tipos de atitudes, personalidades, certas experiências anteriores ao trabalho policial e situações experimentadas no desempenho profissional, podem tornar alguns policiais mais propensos ao emprego precipitado (ou mesmo desproporcional) da força. Quando desequilíbrios psicológicos e emocionais, eventuais ou duradouros, se manifestam em determinadas situações, comportamentos agressivos que, normalmente, policiais em condições normais, de um modo geral, dificilmente teriam, podem se manifestar.

A título exemplar, o fenômeno do *suicide by cops* (SbC), em que indivíduos deliberadamente intencionados (algumas vezes perturbados mentalmente) assumem comportamentos ameaçadores para provocarem reações letais de policiais (JORDAN; PANZA;



DEMPSEY, 2020), por exemplo, exige uma percepção situacional apurada. O limiar está entre identificar um caso de SbC, tomar uma decisão que pode resultar em deixar de agir, arriscando a própria vida ou à de cidadãos inocentes (vítimas), ou agir precipitadamente empregando meios letais contra o causador do evento crítico. Um policial em condições adversas de saúde mental, seguramente, terá o processo decisório afetado e tenderá a avaliar a situação como mais ou menos arriscada, adotando (ou não) alternativas menos apropriadas.

Dentre os achados, encontrou-se um campo da psicologia que se ocupa especificamente da atividade policial e da segurança pública: *Police and public safety psychology*. Trata-se de uma subespecialidade já reconhecida pela *American Psychological Association* (APA) que se ocupa de temas de interesse dos órgãos de segurança pública, tratando desde questões de avaliação e intervenção clínica em agentes policiais, ao suporte operacional e organizacional. Esse campo requer, basicamente, que os especialistas agreguem conhecimentos sobre as funções e condições de trabalho de policiais, sobre os agentes estressores comuns e incomuns relacionados (estresse ocupacional), além de outros relacionados ao emprego operacional da psicologia como, por exemplo, em ocorrências policiais envolvendo negociação com reféns ou ainda envolvendo estados psíquicos alterados.

O *Handbook of Police Psychology* editado por Jack Kitaeff desde 2011, atualmente em sua terceira edição, traz um apanhado de estudos de interesse singular para qualquer instituição policial como: pré-requisitos, perfis e testes psicológicos pré-admissionais para recrutamento, treinamento e contratação de policiais, mapeamento de competências funcionais no serviço policial etc. (KITAEFF, 2019).

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) adota quesitos restritivos de seleção e recrutamento de pessoal. O último edital de concurso público da corporação previu no item 14 a avaliação psicológica dos convocados à graduação de soldado policial militar. O objetivo da avaliação é “aferir os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao exercício das funções”, dentre eles, “a capacidade de concentração e atenção, capacidade de observação, memória, raciocínio verbal, bom relacionamento interpessoal, agressividade moderada, controle emocional, proatividade, dinamismo, autodisciplina e organização” (PMDF, 2018b, p. 15-16). Explicitamente, o edital ainda menciona que é objetivo da avaliação identificar “transtornos de personalidade antissocial (psicopatia), agressividade exacerbada, transtorno depressivo maior (depressão) e dependência química.”

Ainda no âmbito da PMDF, no que se refere a medidas preventivas, destaca-se o Programa de Valorização da Vida - PVV (PMDF, 2018a) que, acertadamente, elencou uma variedade de fatores de risco para autoagressão letal. Digno de destaque ainda é que o PVV é



direcionado não exclusivamente para policiais militares do serviço ativo, mas para todo o público integrante da corporação, inclusive dependentes. O documento aborda uma gama completa de fatores biopsicossociais, de causalidades individuais internas a fatores externos e transitórios secundários.

Vale destacar que, além das atividades do PVV, há um treinamento em inteligência emocional, organizado pela Capelania Militar da PMDF. As atividades buscam a transição de estados emocionais, que pode ser caracterizado como um treinamento de autogestão emocional, que envolve também a modulação da raiva e da agressividade. Os resultados desse treinamento mostram que o papel da Capelania Militar extrapola uma ação meramente pastoral, indo além do que apenas a prática religiosa, para alcançar resultados mensuráveis na saúde integral. Basta verificar os resultados reportados por policiais da PMDF que participaram de atividades de educação e treinamento: 100% dos participantes afirmaram que os cursos oferecidos ajudaram a melhorar a vida conjugal, 92% admitiram que podem evitar o suicídio, 97% afirmaram que os cursos ajudam a evitar violência doméstica praticada por policial militar, além de outras avaliações positivas (FARIA ALVES, 2017).

O referencial apresentado neste artigo traz uma literatura ampla a partir da qual é possível elaborar ações institucionais, aperfeiçoamento aos já existentes, capazes de oferecer a policiais conhecimentos, habilidades e competências que lhes permitam autogerenciar seus recursos de agressividade, real ou potencial, permitindo-lhes lidar de uma forma efetiva na resolução de conflitos no desempenho funcional e nas relações interpessoais. Isso é discutido na seção a seguir.

## 5 DISCUSSÃO

Considerando o *Modelo Geral da Agressão* (MGA), a agressividade humana decorre da confluência de fatores distais (biológicos, ambientais) que definem a personalidade e fatores proximais (características pessoais, situação) que operam no processamento interno do indivíduo (cognição, afeto e respostas) afetando sua capacidade de avaliação e tomada de decisões em interações sociais (ALLEN; ANDERSON, BUSHMAN, 2018). A ampla literatura aponta que policiais militares, de maneira geral, estão submetidos a uma das profissões mais penosas, a partir da qual são acometidos por uma série de transtornos biopsicossociais, especialmente os psiquiátricos, é razoável admitir que a abrangência proposta pelo MGA, permite a associação de uma série de variáveis que explicam grande parte de episódios agressivos. Por exemplo, o estado constante de alerta, a alteração dos ciclos habituais de





repouso, as exigências institucionais cotidianas, bem como as pressões psíquicas decorrentes das intervenções comuns ao trabalho policial, são capazes de influenciar em praticamente todos os fatores descritos pelo MGA.

Seja no ambiente familiar/doméstico ou em outras instâncias das relações sociais, policiais militares cidadãos que são, têm demandas e anseios pessoais que, naturalmente, nem sempre são realizados. O labor do policial militar envolve a defesa de direitos e interesses de terceiros, mas ele próprio também tem seus interesses e direitos. E agir na busca do restabelecimento dos próprios direitos exige parcimônia. Sobretudo, policiais militares são cidadãos dotados de porte de armas, autoridades policiais legalmente autorizadas a portar meios letais. Ser razoável e comedido diante dos próprios interesses e saber lidar com frustrações é vital para qualquer indivíduo, sobretudo, para policiais militares.

A maior parte das pessoas não se comporta de forma agressiva e, mesmo aquelas que têm impulsos agressivos, contêm a si mesmas por meio da autorregulação. DeWall e Chester (2016) apontam evidências de que a capacidade de autorregulação é impactada por fadiga mental e instabilidades emocionais que impulsionam o indivíduo no sentido oposto ao da autocontenção. Os autores sugerem que intervenções sobre esses fatores estressores, mitigando-os ou suprimindo-os, podem reduzir a agressão. No entanto, a implementação de programas e treinamentos com objetivo de dotar policiais militares de aptidões que lhes permitam desenvolver atitudes pré-definidas quanto à agressão parecer ser um caminho preventivo de menor custo.

Se, de um lado, a atitude não é um fenômeno observável (MACCORQUODALE; MEEHL, 1948) e não haja consenso na psicologia sobre seu papel, absolutamente, preditivo de comportamentos agressivos (FAZIO; OLSON, 2007), de outro, ainda que não seja o enfoque deste estudo aprofundar-se no campo dos estudos psicológicos da atitude, é razoável admitir que os componentes atitudinais clássicos (afetivos, cognitivos e comportamentais) são centrais na implementação de políticas institucionais voltadas para o apoio à autogestão da agressividade.

Aliás, o PVV (PMDF, 2018a) opera precisamente na mudança e reforço de atitudes positivas de policiais militares do DF em relação à busca precoce de apoio. Por isso mesmo, a lógica proposta aqui pressupõe que policiais submetidos a treinamentos que envolvam a reflexão sobre comportamentos desejados ou indesejados em relação a situações (do trabalho ou no âmbito pessoal), possam desenvolver habilidades, competências e atitudes úteis para autogestão da agressividade durante a experimentação de situações análogas.

Policiais militares praticantes de atividades físicas regulares percebem-se como



menos estressados, indicando uma relação positiva entre a prática de exercícios físicos e o controle do estresse (PORTELA; BUGHAY FILHO, 2007). Maiores investimentos no setor de preparação física da corporação podem, portanto, incidir diretamente na melhoria da qualidade de vida de policiais militares do DF e, conforme apresentado, num melhor equilíbrio psíquico e emocional. Medidas preventivas nessa seara, em detrimentos das paliativas ou corretivas de saúde, trariam também consideráveis implicações nas finanças da área de saúde.

No âmbito do DF, em ação conjunta, as forças de segurança pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Departamento de Trânsito e Sistema Penitenciário) adotam o modelo de grupo reflexivo, especificamente, voltado para integrantes desses órgãos, que se envolvam em violência doméstica. O *Grupo Refletir* leva em consideração que esses profissionais demandam cuidados especiais na prevenção de violência doméstica (FONSECA et al, 2020). De fato, conforme relatado por Cardoso (2016), na PMDF a corregedoria teve como principal incidência o registro de procedimentos de apuração de violência doméstica praticado por policiais militares, o que exige, por parte de gestores públicos, uma medida de contingenciamento adequada.

Acertadamente, o Grupo Refletir adota pressupostos correlatos à literatura psicológica sobre agressividade, ao considerar, por exemplo, que as atividades dos profissionais de segurança pública (em especial o trabalho policial), de alguma maneira, implicam na naturalização do uso da violência como forma de resolução de conflitos, o que inclui questões domésticas. Uma leitura atenta ao manual do Grupo Refletir (FONSECA *et al.*, 2020), revela que o enfoque é, precipuamente, voltado para a violência contra mulher, dando maior ênfase a essa, em detrimento de outras manifestações de violência doméstica. Santos *et al.* (2019) também propõem o desenvolvimento de ações preventivas de qualidade de vida específicos para policiais militares que lhes assegurem a manutenção de atributos de empatia e humanização, inclusive para consigo mesmos.

As armas são capazes de gerar efeitos *priming* nos indivíduos, isto é, aumentam os pensamentos agressivos e avaliações hostis. Há uma íntima conexão entre armas e agressão que opera na memória semântica dos indivíduos e, conseqüentemente, pode-se atribuir a este efeito o aumento da propensão à agressividade (BUSHMAN, 2018; BENJAMIN JR; BUSHMAN, 2016). Por isso, medidas preventivas de recolhimento das armas de fogo de integrantes dos órgãos de segurança do DF, como as previstas no Decreto nº 39.851 (GDF, 2019), têm aporte na literatura da Psicologia. Observe-se, todavia, que o *priming* descrito não possui pesquisas específicas com amostras de policiais.

Há, portanto, evidências de que a indisponibilização de meios letais, sobretudo, em



situações episódicas de instabilidades psíquicas e emocionais momentâneas, impacta no uso inapropriado. Observe-se, entretanto, que o decreto do GDF é ambíguo quanto a que armas devam ser recolhidas (se apenas as de propriedade dos órgãos ou, inclusive, as de propriedade particular).

Medidas de recolhimento compulsório de armas, como as mencionadas, no que pese o caráter preventivo, não deixam de ser reativas, visto que, para isso, consideram a necessidade de indiciamento, isto é, um episódio real. No âmbito da PMDF, a Portaria nº 1.161 (PMDF, 2021, art. 16) é ainda mais abrangente ao prever a suspensão do porte de armas de policiais militares que apenas respondam a inquéritos, que figurem como réus, que estejam submetidos a conselho ou a procedimentos administrativos de licenciamento, que cometam transgressão disciplinar grave ou que tenham sido condenados por crime de qualquer natureza, além das medidas cautelares, em caso de violência doméstica (art. 23).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo lançou suas lentes para o tema da autogestão da agressividade para policiais. O estudo partiu do pressuposto teórico de que os próprios policiais, por meio de ações institucionais, dotados de capacidades autorreflexivas e de autocontenção podem compreender e autogerenciar a agressividade, prevenindo assim comportamentos inadequados.

Uma das melhores formas de reduzir desvios de condutas de policiais está em estabelecer requisitos criteriosos e exigentes para a contratação de candidatos. A psicologia oferece amplo repertório capaz de avaliar fatores de singular importância para instituições policiais quando se trata de contratação. Como relatado no referencial teórico, a PMDF, por exemplo, adota uma série de instrumentos psicológicos capazes de avaliar desde traços de personalidade a morbidades psicológicas correlacionadas com a propensão para condutas inadequadas no trabalho policial, dentre elas, o emprego excessivo da força.

Existem estudos que correlacionam o acometimento de transtornos mentais e comportamentais à profissão policial. Policiais são preparados para agir em situações críticas, intervindo e arriscando a própria integridade no cumprimento do dever. Os treinamentos, dentre os vários objetivos, os levam à firmeza nas ações a que são demandados atuar. Todavia, como visto na literatura, as corporações policiais devem considerar que esta mesma robustez é responsável por um tipo de encapsulamento psicológico que levam muitos policiais ao adoecimento pela dificuldade de extravasarem questões psíquicas comuns à condição humana.

Diante disso, um sistema institucional capaz de, não apenas tratar, mas prevenir o



adoecimento, torna-se um importante catalizador. Policiais aptos e capazes a entender e a, na medida do possível, gerenciar as próprias emoções sob estresse, obviamente terão também maior possibilidade de avaliar as situações, tanto no trabalho quanto na vida privada, e agir com parcimônia e proporcionalidade. Policiais devem ser encorajados a adotar condutas mitigadoras e a pedirem apoio quando identificarem que não podem lidar sozinhos, evitando consequências mais danosas para si e para terceiros.

Ações simples que permitam aos policiais compreenderem situações anormais em suas capacidades de discernimento situacional e que os estimulem, por exemplo, a recolherem voluntariamente suas armas de fogo a reservas de armamento podem, antecipadamente, mitigar e prevenir episódios que tantos males acarretam aos próprios policiais, a terceiros e à instituição. Aprender a lidar com a própria raiva, com a frustração, com a ansiedade, seguramente, é tão importante quanto lidar com essas manifestações em terceiros, no exercício da função policial. Isso é uma constatação na PMDF, que empreende, por meio da sua Capelania Militar, ações que foram bem avaliadas e reportadas por egressos dos cursos/treinamentos como úteis e relevantes na prevenção do suicídio e da violência doméstica. A adoção dessas ações nos cursos de formação de oficiais e praças é positiva, especialmente se contrabalanceada desde o início da carreira, por atividades preventivas do adoecimento ou de atitudes e comportamentos danosos.

O presente estudo é limitado por ter explorado apenas a realidade da PMDF. Deve-se ressaltar que existem diversas corporações policiais no Brasil, civis e militares, estaduais e federais, com diferenças organizacionais, culturais e âmbitos de atuação. Um levantamento em outras instituições policiais, seguramente, mostraria boas práticas. No que se refere, todavia, à literatura, não foram encontrados estudos empíricos sobre quais as melhores formas de se adotar iniciativas institucionais voltadas para a sensibilização de agentes policiais sobre a autogestão da agressividade. Eis aí um tema a ser explorado no âmbito das Ciências Policiais por estudos futuros. Além disso, a tendência de desenvolvimento da área específica, hoje conhecida como Psicologia Policial, parece ser essencial e indispensável para o preenchimento de uma lacuna na literatura sobre temas específicos relacionados à atuação, bem como à administração de pessoal.



## REFERÊNCIAS

- ALLEN, Johnie J.; ANDERSON, Craig A.; BUSHMAN, Brad J. The general aggression model. **Current opinion in psychology**, v. 19, p. 75-80, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.copsy.2017.03.034>
- BANDURA, Albert. Social learning theory of aggression. **Journal of communication**, v. 28, n. 3, p. 12-29, 1978. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1978.tb01621.x>
- BERKOWITZ, Leonard. Frustration-aggression hypothesis: examination and reformulation. **Psychological bulletin**, v. 106, n. 1, p. 59, 1989. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.106.1.59>
- BENJAMIN JR, Arlin James; BUSHMAN, Brad J. The weapons priming effect. **Current opinion in psychology**, v. 12, p. 45-48, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.copsy.2016.05.003>
- BITTNER, Egon. The functions of the police in modern society. In: MANNING, P.; VAN MAANEN, John (Eds.) **Policing: A View from the Street**. Santa Monica, CA: Goodyear, p. 32-50, 1978.
- BUSHMAN, Brad J. Guns automatically prime aggressive thoughts, regardless of whether a “good guy” or “bad guy” holds the gun. **Social Psychological and Personality Science**, v. 9, n. 6, p. 727-733, 2018. <https://doi.org/10.1177/1948550617722202>
- BUSHMAN, Brad J. The weapons effect. **JAMA pediatrics**, v. 167, n. 12, p. 1094-1095, 2013. doi: [10.1001/jamapediatrics.2013.3824](https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2013.3824)
- BUSHMAN, Brad J. et al. The weapons effect on wheels: Motorists drive more aggressively when there is a gun in the vehicle. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 73, p. 82-85, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2017.06.007>
- BUSHMAN, B. J. Aggressive cues: Weapons and violent media. In **Aggression and violence: A social psychological perspective**. Abingdon: Routledge Taylor & Francis Group, 2017b. p. 184-198.
- CAMINA, Eduardo; GÜELL, Francisco. The neuroanatomical, neurophysiological and psychological basis of memory: Current models and their origins. **Frontiers in pharmacology**, v. 8, p. 438, 2017. <https://doi.org/10.3389/fphar.2017.00438>
- CARDOSO, Renata Braz das Neves. Homens autores de violência contra parceiros íntimos: estudo com policiais militares do Distrito Federal. 2016. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. <http://dx.doi.org/10.26512/2016.03.D.19949>
- CAVALCANTI, Maria de Oliveira Alves et al. Grau de severidade da disfunção temporomandibular e hábitos parafuncionais em policiais militares. **Revista Gaúcha de Odontologia (Online)**, v. 59, n. 3, p. 351-356, 2011. Disponível em: <http://revodonto.bvsalud.org/pdf/rgo/v59n3/a01v59n3.pdf> Acesso em: 28 dez 2021.
- COELHO, Eduardo Ferreira. "Uma farda sem um homem é só um pedaço de pano": estudo de caso sobre autoeficácia e qualidade de vida no trabalho na Polícia Militar do Distrito Federal.





2014. xviii, 194 f., il. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17340> Acesso em: 23 dez 2021

DEWALL, C. N.; CHESTER, D. S. Taming the impulsive beast: Understanding the link between self-regulation and aggression. Em: HIRT, Edward R.; CLARKSON, Joshua John; JIA, Lile (Eds.). **Self-regulation and ego control**. Academic Press, 2016. p. 165-181.

DENSON, Thomas F.; DEWALL, C. Nathan; FINKEL, Eli J. Self-control and aggression. **Current Directions in Psychological Science**, v. 21, n. 1, p. 20-25, 2012.

DIAS, C. A. **Adoecimento e retorno ao trabalho após transtorno mental: um estudo com policiais militares do Distrito Federal à luz da Sociologia Clínica**. Orientador Marcus Vinicius Soares Siqueira. - Brasília, 2020. 351 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Administração) - Universidade de Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/39698> Acesso em: 20 ago 2021.

DOLLARD, John; MILLER, N.; DOOB, L. W.; MOWRER, O. H. **Frustration and aggression**. Yale University Press, 1939. <https://doi.org/10.1037/10022-000>

FARIA ALVES, Gisleno Gomes. Fundamento estratégico da Capelania. In: FARIA ALVES, Gisleno Gomes (org.). **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Agnos, 2017. P. 183-187

FAZIO, Russell H.; OLSON, Michael A. Attitudes: Foundations, functions, and consequences. Em: **The handbook of social psychology**, p. 123-145, 2007.

FERREIRA, Leonardo Borges. Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF. 2016. ii, 148 f., il. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. <http://dx.doi.org/10.26512/2015.04.D.20833>

FONSECA, Vanessa; et al. **Grupos Reflexivos para Profissionais da Segurança Pública Autores de Violência Doméstica e/ou Familiar Contra a Mulher: ação inovadora no Distrito Federal**. Brasília: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/centro-judiciario-mulher/documentos-e-links/arquivos/livro-eletronico-manual-grupo-refletir.pdf>. Acesso em: 31 dez 2021.

Freud, Sigmund. **A general introduction to psychoanalysis**. Boni and Liveright, 1920.

GENDREAU, Paul; LITTLE, Tracy; GOGGIN, Claire. A meta-analysis of the predictors of adult offender recidivism: What works!. **Criminology**, v. 34, n. 4, p. 575-608, 1996. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1996.tb01220.x>

GOLDSTEIN, Arnold P. **The ecology of aggression**. Springer Science & Business Media, 1994.

GOMIDE, Paula Inez Cunha. A influência de filmes violentos em comportamento agressivo de crianças e adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, p. 127-141, 2000.



<https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100014>

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. **Decreto nº 39.851, de 23 de maio de 2019.** Dispõe sobre o recolhimento de arma de fogo dos servidores pertencentes aos quadros da Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e do Sistema Penitenciário do Distrito Federal que forem indiciados em inquéritos policiais por motivo de violência doméstica e familiar contra a mulher, ou estiverem com medida protetiva judicial decretada, que especifica e dá outras providências, DODF nº 97 de 24/05/2019, Brasília, DF: 2019. Disponível em: [http://www2.tc.df.gov.br/sinj/Norma/2155b33d25a242bb89c4c6e44eaf9d58/Decreto\\_39851\\_23\\_05\\_2019.html](http://www2.tc.df.gov.br/sinj/Norma/2155b33d25a242bb89c4c6e44eaf9d58/Decreto_39851_23_05_2019.html) Acesso em: 30 dez 2021.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL – GDF. **Decreto GDF nº 23.317 de 25 de outubro de 2002.** Manda aplicar o Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto Federal nº 4.346, de 26 de agosto de 2002 - RDE), à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: 2002. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/42214/exec\\_dec\\_23317\\_2002\\_rep.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/42214/exec_dec_23317_2002_rep.html) Acesso em: 03 jan 2022.

HUESMANN, L. Rowell; TAYLOR, Laramie D. The role of media violence in violent behavior. **Annu. Rev. Public Health**, v. 27, p. 393-415, 2006. <https://doi.org/10.1146/annurev.publhealth.26.021304.144640>

HUESMANN, L. Rowell. An integrative theoretical understanding of aggression: a brief exposition. **Current opinion in psychology**, v. 19, p. 119-124, 2018.

JO, Eunkyung; BERKOWITZ, Leonard. A priming effect analysis of media influences: An update. Em: J. BRYANT; D. ZILLMANN (Eds.), **Media effects: Advances in theory and research**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, p. 43–60, 1994.

JORDAN, Alejandra; PANZA, Nancy R.; DEMPSEY, Charles. Suicide by cop: a new perspective on an old phenomenon. **Police quarterly**, v. 23, n. 1, p. 82-105, 2020. <https://doi.org/10.1177/1098611119873332>

KITAEFF, Jack. Introduction and History of Police Psychology. In: KITAEFF, Jakck. **Handbook of police psychology**. New Your: Routledge, p. 1-67, 2019.

LUIZZI, Luciana; ROSE, Tânia Maria Santana de. Intervenções para a prevenção e redução de comportamentos agressivos e a formação de professores. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 57-69, 2010. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2010000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100006&lng=pt&nrm=iso).

Acesso em: 29 nov. 2021.

MAMAYEK, Chae; PATERNOSTER, Raymond; LOUGHRAN, Thomas A. Self-control as self-regulation: A return to control theory. **Deviant behavior**, v. 38, n. 8, p. 895-916, 2017. <https://doi.org/10.1080/01639625.2016.1206730>

MCFARLAND, Sam; CARNAHAN, Thomas. A Situation's First Powers Are Attracting Volunteers and Selecting Participants: A Reply to Haney and Zimbardo (2009). **Personality and social psychology bulletin**, v. 35, n. 6, p. 815-818, 2009. <https://doi.org/10.1177/0146167209334781>



MILLER, Neal E. I. The frustration-aggression hypothesis. **Psychological review**, v. 48, n. 4, p. 337, 1941. <https://doi.org/10.1037/h0055861>

MILLER, Laurence. Why cops kill: The psychology of police deadly force encounters. **Aggression and violent behavior**, v. 22, p. 97-111, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2015.04.007>

MIRANDA, D. **Por que policiais se matam? Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

MIRANDA, Dayse; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: O que sabemos?. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 1, p. 1-18, 2016.

MISCHKOWSKI, Dominik; KROSS, Ethan; BUSHMAN, Brad J. Flies on the wall are less aggressive: Self-distancing “in the heat of the moment” reduces aggressive thoughts, angry feelings and aggressive behavior. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 48, n. 5, p. 1187-1191, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2012.03.012>

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF. **Portaria PMDF nº 1074, de 17 de setembro de 2018a**. Institui a Comissão de Promoção de Saúde Integral no âmbito do Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal, criando o Programa de Valorização da Vida no âmbito da PMDF e dá outras providências, Brasília, DF: 2018. Disponível em: <https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2271.pdf> Acesso em: 20 dez 2021.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF. **Portaria PMDF nº 1.161, de 07 de março de 2021**. Regulamenta, no âmbito da Corporação, procedimentos para concessão do porte de arma de fogo do policial militar ativo e veterano, os atos de suspensão e revalidação do porte de arma de fogo, aquisição de arma de fogo, munições, acessórios e coletes balísticos particulares, a emissão de Certificado de Registro de Arma de Fogo Particular e de Transferência de Guarda e Responsabilidade de Arma de Fogo Institucional e dá outras providências, Brasília, DF: 2021. Disponível em: <https://intranet.pmdf.df.gov.br/controleLegislacao2/PDF/2520.pdf> Acesso em: 31 de dez 2021.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL – PMDF. **Edital nº 22/DGP - PMDF, de 24 de janeiro de 2018b**. Diário Oficial do Distrito Federal no 19, de 26 de janeiro de 2018, Seção 3, p. 77- 78. Brasília, DF, 2018

PORTELA, Andrey; BUGHAY FILHO, Almiros. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 106, p. 13, 2007. Disponível em: [Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física \(efdeportes.com\)](http://www.efdeportes.com) Acesso em: 28 dez 2021.

PRADO-LIMA, Pedro Antônio Schmidt do. Tratamento farmacológico da impulsividade e do comportamento agressivo. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 31, p. S58-S65, 2009.

REBELLON, Cesar J. et al. Rationalizing delinquency: A longitudinal test of the reciprocal relationship between delinquent attitudes and behavior. **Social Psychology Quarterly**, v. 77, n. 4, p. 361-386, 2014. <https://doi.org/10.1177%2F0190272514546066>



SANTOS, Rosemary de O.; HAUER, Roseli D.; FURTADO, Tânia MG. O sofrimento psíquico de policiais militares em decorrência de sua profissão: revisão de literatura. **Revista Gestão & Saúde**, v. 20, n. 2, p. 14-27, 2019.

SARRAZIN, H.; MAIA, P. Disfunção temporomandibular e hábitos parafuncionais em policiais militares: um estudo transversal. **Arquivos em Odontologia**, [S. l.], v. 56, 2020. <https://doi.org/10.7308/aodontol/2020.56.e21>

SIMOURD, Linda; ANDREWS, Don A. Correlates of delinquency: A look at gender differences. In: **Forum on Corrections Research**. 1994. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/correlates-delinquency-look-gender-differences> Acesso em: 04 jan 2022.

SKOLNICK, Jerome H. **Justice without trial: Law enforcement in democratic society**. Quid pro books, 2011.

STINSON, Philip Matthew et al. Drink, drive, go to jail? A study of police officers arrested for drunk driving. **Journal of Crime and Justice**, v. 37, n. 3, p. 356-376, 2014. <https://doi.org/10.1080/0735648X.2013.805158>

STINSON, Philip Matthew; TODAK, Natalie Erin; DODGE, Mary. An exploration of crime by policewomen. **Police Practice and Research**, v. 16, n. 1, p. 79-93, 2015. <https://doi.org/10.1080/15614263.2013.846222>

VIOLANTI, John M. The mystery within, understanding police suicide. **FBI Law Enforcement Bulletin**, v. 64, n. 2, p.19-23, 1995. Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/mystery-within-understanding-police-suicide> Acesso em: 29 dez 2021.

ZAVALA, Egbert; MELANDER, Lisa A.; KURTZ, Don L. The importance of social learning and critical incident stressors on police officers' perpetration of intimate partner violence. **Victims & Offenders**, v. 10, n. 1, p. 51-73, 2015. <https://doi.org/10.1080/15564886.2014.890688>

ZAVALA, Egbert; KURTZ, Don L. Using Gottfredson and Hirschi's A General Theory of Crime to explain problematic alcohol consumption by police officers: A test of self-control as self-regulation. **Journal of Drug Issues**, v. 47, n. 3, p. 505-522, 2017. <http://dx.doi.org/10.1177/0022042617706893>

WILLIAMSON, Matthew. The role of sex on officer perpetrated intimate partner violence: An empirical analysis of mechanisms of intimate partner violence. **Deviant Behavior**, v. 42, n. 5, p. 611-629, 2021. <https://doi.org/10.1080/01639625.2020.1779546>

